

ESTÓRIAS PARA A HISTÓRIA EM *1º DE ABRIL, DE MÁRIO LAGO*

Arnaldo Franco JUNIOR*

- **RESUMO:** *1º de abril – estórias para a história*, de Mário Lago, escrito e publicado em 1964 após a prisão arbitrária do autor, é um dos primeiros registros literários da violência da ditadura civil-militar instaurada no Brasil na segunda metade do século XX. Neste artigo, vamos analisar a trama narrativa de sua primeira edição e as relações estabelecidas, por meio dela, entre as estórias narradas e o registro de fatos para a História.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura. História. Mário Lago. Narrativa híbrida. Testemunho.

Introdução

Escrito e publicado em 1964, após detenção arbitrária ocorrida imediatamente após o golpe de estado, *1º de abril – estórias para a história*, de Mário Lago, é um dos primeiros registros literários da violência que marcou a ditadura civil-militar desde o primeiro momento em que se instalou no poder. Este livro antecipa algumas características da literatura brasileira contemporânea¹, a saber: a tematização da violência de estado e da repressão política, a articulação entre literatura e jornalismo, a mistura de gêneros literários e discursivos (crônica, conto, caso, relato, depoimento, testemunho), a articulação entre humor e absurdo na abordagem do autoritarismo e seus efeitos. Além disso, antecipa algo que marcou a produção literária dos anos 1970-1980: a constituição, no mercado editorial, de uma linha de produção voltada para a abordagem do temário da violência política da ditadura. Vamos, aqui, estudar a 1ª edição, e não a 2ª, republicada com o título de *Reminiscências do sol quadrado*².

* Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP – Brasil. arnaldo.franco-junior@unesp.br

¹ Segundo Tânia Pellegrini (2014), a literatura brasileira contemporânea tem início com a consolidação da indústria cultural no país, sob a ditadura militar, de meados dos anos 60 e, sobretudo, dos anos 70 do século. XX em diante.

² O livro foi relançado em 1979, reescrito com a ordem das partes bastante alterada. Teve edições

O livro foi escrito e publicado após o autor ter passado quase dois meses preso pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), já então órgão encarregado da vigilância de cidadãos considerados politicamente perigosos e da repressão política, e denuncia que esta e outras prisões arbitrárias foram realizadas pelas forças policiais-militares a mando do governador Carlos Lacerda, um dos grandes articuladores do golpe militar de 1964. Na contracapa da 1ª edição, lemos:

Mário Lago, brasileiro, maior, casado, homem de teatro, de cinema, de rádio e da música popular brasileira [...] foi preso durante 58 dias, nas masmorras do DOPS — Rio de Janeiro, pelo simples crime de ser livre e democrata.

Do nada o acusaram, nenhuma evidência de crime cometido lhe foi apresentada. [...] Este livro é a crônica desses dias e um compêndio para uso daqueles que ainda poderão ser detidos. (LAGO, 1964, contracapa)

O que levou os policiais do DOPS a prenderem, sem argumento jurídico efetivo, um então famoso compositor, ator e escritor que atuava no rádio, no teatro e no cinema? Uma ordem superior arbitrária que evidenciou a repressão política logo nos primeiros momentos do golpe militar. Mário Lago, assim como as pessoas transformadas em personagens no seu livro, foi preso não por algo que tivesse cometido, mas, para parafrasear a expressão do editor Ênio Silveira na orelha do livro, pelo que podia cometer. Essas prisões são evidências de uma ruptura do estado de direito que, no decurso da história, se revelou brutal e duradoura sob a ditadura.

Um estranho “Prólogo”

Um conjunto de textos compõe o que poderia ser classificado como um “Prólogo” da narrativa propriamente dita. Há, em primeiro lugar, duas definições que remetem ao subtítulo do livro: “ESTÓRIA: exposição romanceada de fatos e episódios” // HISTÓRIA: narrativa metódica dos acontecimentos notáveis na vida da humanidade.” (LAGO, 1964, s. p.), segue-se uma informação sobre a autoria das ilustrações que compõem o volume, feitas pelo caricaturista Cláudius³ e por

pelas editoras Avenir (1979), Cosac & Naify (2001) e, por fim, pela José Olympio (2014). Consultamos a reedição de 2001, que conta com esclarecimentos de fatos e informações dados como pressupostos na 1ª edição, pois, à época, estavam na ordem do dia. É o caso, p. ex., da prisão e tortura de membros de uma delegação chinesa então em visita ao país, que foram considerados suspeitos por policiais do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

³ Segundo a Enciclopédia Itaú Cultural, Claudius Sylvius Petrus Ceccon (Garibaldi, RS, 1937) é arquiteto, designer, jornalista, desenhista, ilustrador e cartunista. Trabalhou em: *O Cruzeiro* (1954), *Jornal do Brasil* (1957), revista *Pif Paf* (anos 1960), *O Pasquim* (1969). Após prisão em 1971, exilou-se em Genebra, Suíça. Voltando para o Brasil em 1978, trabalhou com alfabetização em bairros carentes de São Paulo. Fez ilustrações para *O Diário Carioca*, *Correio de Manhã*,

Arydio Xavier, então “Diretor de Relações Públicas da Leopoldina”, e, por fim, um conjunto de narrativas breves que funciona como uma espécie de epígrafe. Neste conjunto heterogêneo de textos, gêneros e discursos já se destacam o compromisso com o registro dos acontecimentos vividos (crônica, portanto, nos sentidos histórico e literário do termo), com a vinculação do relato ao testemunho e, também, com um olhar irônico e bem humorado que torna leve a leitura mas não alivia o peso dos acontecimentos registrados.

A denúncia da violência de estado se dá já na apresentação dos ilustradores. Após referir-se a Cláudius, Mário Lago (1964, s. p., grifos nossos) relata:

Encontrei-o no DOPS, na minha volta. [...] havia permanecido **mais de 12 horas sentado numa cadeira sem poder sair dali para nada**. Sem comer, beber, fumar. E os inquiridores se revezando, as perguntas chovendo sobre ele. A célebre “americana”. Quando voltou ao cubículo tinha perdido até o sentido de direção. **Reproduziu a triste verdade do “Fernandes Viana”**.

À prisão arbitrária segue-se interrogatório abusivo, fato recorrentemente registrado no livro. Observe-se que o narrador revela conhecer o procedimento utilizado, a “americana”⁴ e se vale de um eufemismo (“triste verdade”) para caracterizar o que ocorria no presídio Fernandes Viana⁵. Já aí, Mário Lago revela que essa não era a sua primeira detenção, sugerindo que, como de outras vezes, a causa de sua prisão era o seu vínculo com o Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁶.

O Estado de S. Paulo e a revista *Piauí*. Trabalha na revista *Caros Amigos*, faz charges e ilustrações para livros infantis. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa14876/claudius>. Acesso: 12 jul. 2016.

⁴ Na edição de 2001, Lago (2001, p. 25) explicita: “havia permanecido mais de doze horas sentado sem poder sair da cadeira para nada. Nem comer, nem beber ou fumar. Nada. E os inquisidores se revezando, as perguntas chovendo sobre ele de todos os cantos da sala, na tortura chamada “americana”. Entrou na cela como se estivesse embriagado, meio perdido o sentido de direção”.

⁵ Refere-se, provavelmente, às violências, aos maus-tratos e à tortura infligidos aos prisioneiros comuns no presídio – prática sistemática histórica e anterior a 1964 no Brasil.

⁶ Segundo Ticiano Rodrigues (2012): “Mário Lago ingressou no PCB, em 1934. [...] // Em 1947 casa[-se] com Zeli, filha do dirigente comunista, Henrique Cordeiro, sua companheira, também, de luta, nos 40 anos seguintes que o PCB amargou na clandestinidade somente voltando à retomada da legalidade, em 1985. Em 1950, foi candidato a deputado estadual [...] pela legenda do PST (Partido Social Trabalhista) [...] // Em 1964 foi preso novamente. Esteve na Ilha das Flores, depois no presídio da Frei Caneca. Permaneceu quase 60 dias isolado, trancafiado. Libertado, [viveu] a fase mais difícil de sua vida, [...] desempregado, já com cinco filhos [...]. Os amigos o ajudaram a recompor sua vida profissional, aos poucos. // Em 1968 estreou no Teatro Municipal, no Rio, com a peça, “Os Inconfidentes”, com roteiro e direção de Flávio Rangel, poesia de Cecília Meireles e música de Chico Buarque de Holanda.

O registro aparentemente incidental das violências cometidas desde a prisão ao encaminhamento dos detidos ao presídio Fernandes Viana é uma das características de *1º de abril – estórias para a história*. Trata-se de procedimento reiterado quando da apresentação de pessoas-personagens que sofreram violência física e tortura. Este recurso permite que o narrador contrabalanceie o registro da violência de Estado com: a) o relato algo didático do cotidiano organizado pelos presos para o enfrentamento de sua difícil situação; b) o registro irônico e bem-humorado de aspectos ridículos vinculados ao exercício do poder autoritário, que, entretanto, não elimina a gravidade dos fatos denunciados.

Após a apresentação dos ilustradores do livro, temos uma epígrafe de fato, composta por uma anedota histórica:

E se deu que Otto Abetz, alto-comissário nazista para os territórios ocupados da França, assestou o monóculo sobre GUERNICA, quadro de Picasso, pintado sob o impacto da destruição da cidade do mesmo nome, em 1937, durante a Guerra Civil Espanhola, pela Luftwaffe, que ajudava Franco.

— Foi o senhor que fez Isso:

— Não. Foram os senhores. (LAGO, 1964, s. p.)

Para além da função irônica desta epígrafe, chama a atenção o recurso à anedota histórica⁷ como procedimento que retira da memória do vivido um fato que lança luz sobre o presente. O recurso à anedota histórica evidencia algo que marcará o livro e, também, parte da literatura escrita sob a ditadura civil-militar: uma opção pela incorporação de textos, procedimentos, discursos não-literários (históricos, jornalísticos, jurídicos, etc.) para, com eles, construir obras híbridas. Se isso, por um lado, dá curso ao hibridismo de gêneros que caracteriza a literatura brasileira do modernismo de 1922 em diante, alimentando-o, por outro lado, no contexto da ditadura civil-militar em que os escritores estavam sob a égide da

⁷ O evento ocorreu de fato, mas comporta diferentes versões. No exemplar “Picasso”, da Coleção Folha Grandes Mestres da Pintura, lemos: “o mural ‘Guernica’, foi encomendada pelo governo espanhol para o pavilhão daquele país na Exposição Internacional de Paris, em 1937. As imagens dramáticas que concebeu retratam o bombardeio dos aliados nazistas de Ferdinand Franco sobre a cidade espanhola de Guernica, durante a Guerra Civil Espanhola, que precedeu à Segunda Guerra Mundial. Consta que, quando da ocupação nazista na França, o embaixador alemão teria perguntado com desdém a Picasso, diante de uma foto de “Guernica”: “Foi o senhor que fez isso?”. Ao que Picasso teria respondido: “Não, foram vocês”. Disponível em: <http://mestres.folha.com.br/pintores/06/curiosidades.html>. Acesso em 21 jul. 2016. Já Millôr Fernandes, em crônica de 2010, diz: Guernica. O bombardeio foi em 1937. Os *stukas* nazistas estavam apenas fazendo uma experiência. Mas o quadro ganhou o mundo, inventou encontros e declarações inverossímeis: Em 1940, Paris ocupada pelos nazistas, dois oficiais alemães, diante do horripilante painel, perguntaram a Picasso: “Foi o senhor quem fez isto?”. Ao que o intrépido pintor respondeu prontamente: “Não, foram os senhores”. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/millor/aberto/dailymillor/010/006.htm>. Acesso em: 21 jul. 2016.

violência e da repressão política, indica uma tensão que constitui o próprio fazer literário: certa desconfiança de que a literatura e a ficção são insuficientes para dar corpo e expressão à brutalidade da realidade.

Esta anedota histórica ilumina o próprio *1º de abril...* como resultado de uma irônica dupla autoria: a de Mário Lago, preso arbitrariamente logo depois do golpe de estado, e a daqueles que o prenderam. A ambiguidade que recai, na anedota histórica, sobre o termo “Isso”, que ganha sentidos distintos na pergunta do alto-comissário nazista e na resposta de Picasso, estende-se para as estórias narradas no livro de Lago, produtos da violência das forças policiais e militares a serviço do golpe de estado.

Segue-se, por fim, um conjunto de anedotas domésticas que flagram fatos vinculados à prisão do autor, compondo uma dedicatória. Entram, aí, fragmentos de cartas que, reelaborados, registram cenas ocorridas durante ou imediatamente após a prisão. Nessas anedotas já se destacam motivos reiterados no livro: a solidariedade, a união familiar, a resistência à violência do poder, o ridículo e a estupidez do aparato policial-militar. As cartas das quais são retiradas as anedotas são de Zeli, companheira de Mário Lago, e de seus cinco filhos. Nelas são sublinhados o amor familiar, o ridículo do poder abusivo e a resistência possível a ele:

E a invasão por ali pareceu comédia de pastelão, quando eles quase se esborracharam de encontro à parede, tal a violência com que se atiraram contra a porta, pensando que haveria talvez mil trancas defendendo aquele lado da fortaleza.

— Esse trinco já estava quebrado?, perguntou um deles, ainda não refeito do espanto.

— Há muito tempo, respondeu Zeli.

— Mas é preciso cuidado, pode haver algum assalto.

— Até hoje não tinha havido. (LAGO, 1964, s. p.)

[Antônio Henrique, 15 anos] Manteve-se calmo durante todo o tempo que eles estiveram revirando a casa. Não lhe alterou os nervos, sequer, o fato de ter sido obrigado a entrar em casa seguido de um *tira* que lhe encostava uma metralhadora às costas. [...]

— Aqueles cadernos são seus, não é? Os que estão em cima da estante.

— São. [...]

— Que é que vai seguir depois, garotão?

— Direito. [...]

— Advogado como eu?

— Como o senhor, não. (LAGO, 1964, s. p.)

O procedimento utilizado para compor a dedicatória⁸ antecipa um dos eixos de composição do livro: a reelaboração dos fatos vividos sob a forma de pequenas narrativas que compõem um anedotário simultaneamente literário e histórico em que os motivos fortes em contraste são a desmedida da violência política e a solidariedade que permite, dentro dos limites possíveis de cada situação narrada, resistir a ela. Isso, para denunciar, além da violência política praticada pelas forças policiais-militares, a operação toda que caracterizou tais aprisionamentos como uma farsa armada pelo governo de Carlos Lacerda para, em conluio com órgãos da imprensa golpista da época, justificar a ruptura violenta da ordem democrática com o argumento de impedir a implantação do comunismo no Brasil pela força das armas. Nas estórias de *1º de abril...* reitera-se que as forças policiais-militares repressivas procuravam “armas, Armas, ARMAS!” (LAGO, 1964, p. 04), note-se a ironia desta gradação progressiva, sugerindo que muitos dos policiais e militares participantes de tais ações acreditavam de fato em mentiras então noticiadas pela imprensa.

A apresentação do livro

Após o estranho “prólogo”, há um breve texto que funciona como apresentação do livro. Nele, Lago aborda o jogo que faz entre estórias e história, revelando uma ambição maior: oferecer ao leitor “estórias que um dia ajudarão a compreender um determinado momento da nossa História” (LAGO, 1964, p. 01). O autor se vale de três adjetivos para qualificar as estórias que narrará: tragicômicas, grotescas e dolorosas:

Estórias tragicômicas, pois, ao lado do aspecto risível das situações criadas, há o trágico que elas representaram para milhares de pessoas que se viram privadas da liberdade, afastadas de suas atividades; para milhares de famílias que, por isso, enfrentaram dias de dificuldade e angústia.

Estórias grotescas pelo triste espetáculo de primarismo e mediocridade daqueles que as provocaram e as conduziram como vedetes.

Estórias dolorosas pelo que somam de insulto aos nossos foros de povo civilizado; e inadjetiváveis a partir do momento em que seus intérpretes máximos, donos dos tanques e canhões que iniciaram o espetáculo que transformaria o panorama político do país, vêm a público [...] um para dizer que de “política nada entende”,

⁸ Na 2ª edição, revista e reescrita (1979), lemos na dedicatória que abre o livro: “aos que viveram estas experiências comigo / aos que conhecem e estão recolhendo outras experiências / aos que a morte calou a voz que poderia contar / aos que ainda estão longe e contarão quando voltarem”. Observe-se, na última frase, a alusão ao exílio e, talvez, à anistia política.

confessando-se, nesse terreno, “uma vaca fardada”, e outro afirmando que [...], se lhe fosse dado escolher, preferiria autotransformar-se de touro.

O que eles disseram e fizeram daria uma enciclopédia capaz de causar o desemprego de nossos melhores humoristas. (LAGO, 1964, p. 01-02)

Transitando entre o tragicômico, o grotesco e o doloroso, as estórias de *1º de abril...* demonstram uma notável capacidade do escritor: caminhar no fio da navalha entre os três tipos de efeito catártico, articulando-os naquilo que narra. A escrita do livro é leve e elegante, desprovida dos brutalismos⁹ de linguagem que caracterizarão algumas das linhas de produção dos anos 1970 diante no sistema literário brasileiro. *1º de abril...* porta, mais propriamente, estilemas literários anteriores ao realismo feroz (CANDIDO, 1989, p. 211) da narrativa brasileira contemporânea. Trata-se de prosa marcada pela linguagem coloquial, lição cultivada a partir de 1922, que funde dois dos principais sentidos de *crônica* – registro dos acontecimentos da história; fabulação lítero-jornalística de fatos do cotidiano ordinário –, que faz uso contido de gíria e de baixo calão. E o livro também antecipa traços temático-formais que, posteriormente, caracterizarão linhas de produção fortes na literatura brasileira contemporânea: os temários da violência política e do terrorismo de estado; a denúncia dos abusos e crimes da ditadura, o hibridismo de gêneros literários e não-literários e, por fim, o testemunho do vivido sob a forma de narrativa autobiográfico-memorialista. Mário Lago explica:

Bastaria reunir os recortes de jornais. Mas preferi utilizar apenas o que recolhi diretamente, em rápidos diálogos durante o primeiro passeio ao sol [...] no pátio do Fernandes Viana.

Não acrescentei uma piada, não forcei uma situação para conseguir efeito. Vai tudo reproduzido como me foi contado, aproveitados até os comentários feitos durante a narrativa. E não tenho nenhuma razão para duvidar da veracidade de tudo que ouvi. (LAGO, 1964, p. 02)

⁹ Alfredo Bosi (1975, p. 18) se vale do termo para caracterizar a literatura de Rubem Fonseca: “O adjetivo caberia melhor a um modo de escrever recente, que se formou nos anos de 60, tempo em que o Brasil passou a viver uma nova explosão de capitalismo selvagem, tempo de massas, tempo de renovadas opressões, tudo bem argamassado com requintes de técnica e retornos deliciados a Babel e a Bizâncio. A sociedade de consumo é, a um só tempo, sofisticada e bárbara. Imagem do caos e da agonia de valores que a tecnocracia produz num país de Terceiro Mundo é a narrativa brutalista de Rubem Fonseca que arranca a sua fala direta e indiretamente das experiências da burguesia carioca, da Zona Sul [...]. A dicção que se faz no interior desse mundo é rápida, às vezes compulsiva; impura, se não obscena; direta, tocando o gestual; dissonante, quase ruído. Está, necessariamente, fazendo escola”.

A assunção da função de narrar reafirma uma posição engajada do escritor contra o poder autoritário. É claro, porém, que o livro resulta de operações de escrita que evidenciam um trabalho literário sobre o que lhe foi contado para garantir o interesse do livro para a Literatura e para a História. Este trabalho pressupõe as operações de seleção, recorte, organização, encadeamento e montagem das várias estórias narradas e, além disso, sofisticada-se com a construção de um paralelismo de evidente função contrastiva e didática: à barbárie das violências físicas, maus tratos e torturas aos aprisionados – repetidamente registrados sob a forma preâmbulos que apresentam ao leitor as novas pessoas-personagens que protagonizarão novas estórias – opõe-se a organização interna dos presos como fator de amparo, humanização e resistência. Acresce-se a isso uma dosagem calculada dos diferentes efeitos catárticos que animam o anedotário do livro: o tragicômico, o grotesco e o doloroso. De uma maneira geral, pode-se dizer que: a) o tragicômico e/ou o grotesco emergem da antítese entre a desmedida dos representantes do poder autoritário e a fragilidade e/ou baixa periculosidade real de suas vítimas (trabalhadores, membros de sindicatos, membros de partidos de esquerda, desempregados...); b) o doloroso emerge do registro objetivo das violências sofridas pelas pessoas-personagens quando de seu aprisionamento ou nos interrogatórios que a ele se seguem.

Invasão de domicílio e prisão

Em capítulo que precede as estórias narradas a partir da prisão, Mário Lago conta como se deu o seu aprisionamento em 02 de abril de 1964: à noite, ele escrevia um capítulo de novela para a Rádio Nacional quando “aquelas metralhadoras todas surgiram pela casa a dentro, com um contra-plano de bombas de gás lacrimogêneo nos cintos dos portadores das armas” (LAGO, 1964, p. 03). Com fina ironia, comenta a ação da polícia enquanto retorna ao trabalho que deveria ser entregue no dia seguinte, esperando concluí-lo “antes do convite para acompanhar aquelas metralhadoras todas” (LAGO, 1964, p. 03). Um dos policiais, porém, instiga os demais a levarem os papéis datilografados e a máquina de escrever porque poderia “ser alguma coisa cifrada” (LAGO, 1964, p. 03). Já se nota, aí, algo que será reiterado nas estórias das demais vítimas de prisão arbitrária e violência nos interrogatórios: a paranoia presente nas suspeitas descabidas, no excesso de força e no exagero do armamento empregado na ação.

O desequilíbrio entre esses excessos e o grau de possível periculosidade das vítimas aciona, neste capítulo e em todo o livro, os efeitos catárticos do tragicômico, do grotesco (em muitas estórias mais bem classificável como ridículo, efeito próprio à sátira) e do doloroso: “[...] estavam convencidos de que eram verdadeiras as provocações que eles mesmos tinham espalhado nos jornais a respeito de depósitos de material suficiente para derrubar qualquer regime na Terra e no planeta Marte” (LAGO, 1964, p. 04).

Lago compara o ocorrido em sua casa com a apresentação, efetuada pela polícia à imprensa, das armas cenográficas utilizadas pelo Teatro Nacional de Comédia como prova da “subversão existente na UNE” (LAGO, 1964, p. 04).

O ridículo aumenta de intensidade no episódio que se segue, compondo a terceira anedota deste primeiro capítulo. Diante de um piano sem teclado nem cordame, um dos policiais desconfia da peça, ergue a tampa e grita: “Um piano falso!” (LAGO, 1964, p. 05). Segue-se uma reação da força militar cuja seriedade se esboroa no ridículo cômico:

A confusão foi geral. Aos nossos olhos, pela correria, os dez se multiplicaram por dois, três, quatro, sei lá! Parecia que era um verdadeiro exército que se aproximava do trambolho, a atitude cautelosa, as metralhadoras em posição de combate, todos eles tão absorvidos no ataque, que nos largaram a um canto, esquecidos de que poderíamos aproveitar a chance para tentar uma fuga. [...]

Um deles, na ânsia de alcançar o inimigo antes dos outros, chegou a esquecer a metralhadora sobre uma poltrona, sendo cômica a posição adequada de seus braços, como se estivesse portando a arma. (LAGO, 1964, p. 06)

O esvaziamento de uma situação dramática em pantomima cômica é outro procedimento recorrente no livro. Este procedimento será revisitado pela literatura brasileira posterior a *1º de abril...*, mas com uma progressiva substituição do riso leve e afeito à ironia sutil e ao bom-humor que caracteriza o gênero piada por um riso nervoso, afeito à ironia agressiva, ao absurdo e ao humor negro. Esta mudança de tom, intensidade e função da ironia e do humor repousa, talvez, na mudança de horizontes que amparou uma e outras produções literárias: em 1964 ainda havia a esperança de um retorno à normalidade democrática, de respeito à constituição e ao estado de direito – o que se revelou mera ilusão. Eis o que, de certo modo, explica a opção de Lago pelo humor e pela ironia fina para a ridicularização do arbítrio autoritário. Quatro anos mais tarde, o Ato Institucional nº 5 garantiria um salvo conduto para a intensificação dos abusos e violências que, como mostra o livro, já eram praticados desde os primeiros dias após o golpe. Nos dois mais importantes romances que tematizam, em 1967, a ditadura – *Quarup*, de Antonio Callado, e *Pessach, a travessia*, de Carlos Heitor Cony – já é evidente a adoção de uma perspectiva dramática ou, nos termos do próprio Mário Lago, uma passagem do tragicômico para o dramático-trágico. O ridículo afeito ao humor satírico retornará, sem leveza nem esperança, em *Incidente em Antares* (1971), de Érico Veríssimo, sendo, depois, utilizado pelos, então, jovens escritores que passam a publicar nos anos 70: Ignácio de Loyola Brandão, Roberto Drummond e Caio Fernando Abreu, p. ex.. Nos livros iniciais desses autores, o ridículo parece desprender-se da sátira

na direção do insólito absurdo¹⁰, o riso é nervoso e não produz alívio porque atesta a permanência de um horror enraizado no cotidiano da sociedade sob o estado policial que caracterizou a vida no Brasil sob a ditadura civil-militar.

Encerrando o capítulo, Lago apresenta uma “... ESTÓRIA–XAMÊGO¹¹ TIPO ANEDOTA DE INGLÊS PARA SE RIR 58 DIAS DEPOIS”, composição que evidência a fusão de, nos seus próprios termos, tragicômico, grotesco e doloroso:

Me invadiram a casa toda / (e eram mais de dez) / me viraram tudo nela / (e eram mais de dez) / me cercaram o edifício / (e eram mais de dez) / me impediram o elevador / (e eram mais de dez) / me esvaziaram a calçada / (e eram mais de dez) / me pensando de dar tiro / (e eram mais de dez) // Eram mais de dez, eram mais de dez, / eram mais de dez. De dez. // Me meteram em tintureiro¹² / (e eram mais de dez) / me levaram para o DOPS / (e eram mais de dez) / me enfiaram numa lancha / (e eram mais de dez) / me largaram numa ilha / (e eram mais de dez) / me enfiaram noutra lancha / (e eram mais de dez) / me trancaram no presídio / (e eram mais de dez) // Eram mais de dez, eram mais de dez, / eram mais de dez. De dez. // Juntou dia atrás de dia / (e eram mais de dez) / quando fez cinqüenta e oito / (e eram mais de dez) / me voltaram para o DOPS / (e eram mais de dez) / me botaram numa sala / (e eram mais de dez) / me sentaram e perguntaram / (e eram mais de dez) / “O senhor sabe por que a polícia o prendeu?” (LAGO, 1964, p. 06-07)

¹⁰ Segundo Antonio Candido (1989, p. 208): “Com o livro de contos *O ex-mágico* (1947), [Murilo Rubião] instaurou no Brasil a ficção do insólito absurdo. [...] Rubião elaborou os seus contos absurdos num momento de predomínio do realismo social, propondo um caminho que poucos identificaram [...]. Na meia penumbra ficou ele até a reedição modificada e aumentada daquele livro em 1966 (*Os dragões e outros contos*) [...]. Entrementes a ficção tinha-se transformado e, de exceção, ele passava quase a uma alta regra”. Insólito absurdo vinculado ao humor negro é o que caracteriza, também, a literatura de Franz Kafka – referência importante para se pensar uma parte da literatura brasileira dos anos 1970, escrita sob a ditadura civil-militar. Segundo Celeste H. M. R. de Sousa, Eduardo M. de Brito e Maria C. R. Santos (2005), nas décadas de 60 e 70, com a obra de Kafka sendo traduzida e retraduzida no Brasil, os artigos que noticiam os lançamentos ocupam um lugar privilegiado. Os artigos não apenas destacam as obras lançadas, mas tecem comentários sobre as mesmas, sendo que tais comentários oscilam entre críticas biográficas [...] e leituras proféticas, considerando o autor um visionário, que anteviu os grandes sistemas autoritários do século XX (Nazismo, Fascismo e Stalinismo).

¹¹ Segundo Luiza Maia (2015), o chamego é um subgênero musical que está na origem do forró. É uma espécie de choro mais acelerado. A composição “Vira e mexe” (1941), de Luiz Gonzaga, regravação com letra em 1958 é um exemplo de chamego.

¹² “Tintureiro” é, na gíria popular carioca dos anos 60, camburão, carro de polícia que leva presos. “Meter em tintureiro” significa levar alguém preso.

Nesta estória-xamêgo, contrastam o refrão e os versos que narram progressivamente os acontecimentos vividos pelo eu-lírico. Demarca-se, deste modo, o grotesco e o tragicômico da situação (mais de dez contra um) sem que haja diluição do peso dramático do doloroso: o aprisionamento foi violento, arbitrário, atingindo o absurdo e o ridículo no verso final em que a inversão é a tônica: pergunta-se àquele que foi preso sem mandato nem acusação formal se ele sabe a razão de seu aprisionamento. Insere-se, aí, um quê de kafkiano, mas Lago arremata o capítulo com fina ironia, citando a atriz Brigitte Bardot: “*Adorable vôtre revolution!*” (LAGO, 1964, p. 07).

Estórias para a História

Finda a narrativa de seu aprisionamento, Mário Lago passa às estórias de seus companheiros de infortúnio. Usa, para isso, de um procedimento recorrente: faz preceder cada conjunto de episódios em que se destacam o cômico e o ridículo da desproporção entre os repressores e suas vítimas por narrativas curtas em que registra as violências sofridas por algumas das pessoas-personagens quando de sua prisão e de seu interrogatório. Nestas narrativas grafadas em itálico, o doloroso toma o lugar do humor. Este recurso cumpre uma função importante: estabelece, pela repetição das estórias contrastadas e dos efeitos catárticos nelas dominantes, uma diferença qualitativa entre as forças policiais-militares e o coletivo formado pelos prisioneiros. A denúncia de violências, abusos e torturas é a tônica dessas breves narrativas. Observe-se:

Já era bem tarde quando o Aristélio Fernandes de Andrade¹³, funcionário da Petrobrás, foi atirado dentro do xadrez. Lembrava gente porque conseguia articular algumas palavras e gemer. Tinha passado pelo pau-de-arara, levado choques elétricos nos testículos. (LAGO, 1964, p. 09, grifos nossos)

Quando o Pedro Gonçalves, do Sindicato dos Têxteis, chegou ao Fernandes Viana, já estava preso fazia mais de seis dias. O olho esquerdo continuava edemaciado, o rosto ainda com equimoses. Não lhe haviam perguntado nada. Já tinha entrado apanhando. (LAGO, 1964, p. 29, grifos nossos)

¹³ Na 2ª edição, o nome da vítima muda: “Chegou o Aristélio Travassos de Andrade, funcionário da Petrobrás, a barriga que mais parecia uma camada de cimento, tanto apanhara no pau-de-arara, com a sobrecarga de choques elétricos nos testículos. Lembrava gente porque conseguia articular umas tantas palavras e gemer. Aos sofrimentos físicos se juntava a angústia de saber se teriam posto em liberdade sua mãe, senhora de 60 anos, trazida para o Dops em camisola de dormir, junto com seu pai e uma sobrinha pequena, pois não queriam que faltasse ninguém na pesca em sua casa.” (LAGO, 2001, p. 24-25)

A calça parecia uma daquelas borrações cabotinas de Mathieu. Só que não era tinta, Era sangue. De torturas. Porque um médico covarde do IAPM permitiu que a polícia arrancasse de lá o marítimo Antônio Pereira Neto, que se encontrava em tratamento pré-operatório de úlcera. (LAGO, 1964, p. 43, grifos nossos)

Mestre-arrais Vicente. Vicente já nem me lembro mais de quê. Mas recordo, e bem, as marcas das solas de seus pés, causadas pela lata de banha sobre a qual um oficial o colocou, descalço, para se divertir com seus trejeitos querendo diminuir as dores. (LAGO, 1964, p. 57, grifos nossos)

Note-se que as vítimas de tortura pertencem, como a maior parte dos prisioneiros citados no livro, às classes trabalhadoras. Temos, p. ex.: Pedro Paulo Sampaio Lacerda (ex-pracinha da FEB na Itália), Antonio Quaresma (maquinista do teatro do Centro Popular de Cultura – CPC – da UNE), Juan García (dono de joalheria), Caetano Alves Martins (lavrador), Francisco Landulfo Braga (vigia de obra), Wilson Buker (marinheiro de petroleiro da Petrobrás), Jorge e José (funcionários de baixo escalão no Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB); José Emídio de Jesus (empregado de lavrador), Manoel da Conceição (lixeiro), Dílio de Oliveira (dono de escritório onde funcionava o Comando Geral dos Trabalhadores – CGT), Manuel Pereira dos Santos (funcionário de tinturaria), Basílio (funcionário na secretaria do Sindicato dos Metalúrgicos), Antônio (funcionário da limpeza no edifício onde funcionava a Rádio Nacional), Eliseu (lavrador nas terras desapropriadas da cidade de Capivari), Dr. Edler (médico), Valdemar Santana (lutador) Buzunga (guindasteiro), Galvão (trabalhador do cais). Há, também, subempregados e desempregados: Chico (desempregado), Hélio de Almeida (lavador de carros). Esta lista de pessoas-personagens e suas ocupações confirma aquilo que Roberto Schwarz (2001, p. 08-09) registrou em “Cultura e política, 1964–1969”: “[...] em 64, [...] grosso modo a intelectualidade socialista, já pronta para prisão, desemprego e exílio, foi poupada. Torturados e longamente presos foram somente aqueles que haviam organizado o contato com operários, camponeses, marinheiros e soldados”

As histórias de *1º de abril...* confirmam que foram arbitrariamente presos, agredidos e torturados aqueles vinculados a sindicatos e organizações de trabalhadores ou passíveis de serem vistos como tal pelas forças policiais-militares a serviço do golpe de estado. Também foram presos aqueles que estavam no lugar e na hora errados e/ou foram considerados suspeitos de subversão às diretrizes da ação repressiva desencadeada sob o governo de Carlos Lacerda. Dentre as ocupações dos presos citadas por Lago destaca-se uma pequena recorrência de trabalhos ligados às atividades marítimas e portuárias. Outra observação de Schwarz lança luz sobre a brutalidade característica das forças policiais que atuaram nas histórias narradas em *1º de abril...*:

Em 67, por ocasião de grandes movimentações estudantis, foi trazida a São Paulo a polícia das docas. A sua brutalidade sinistra, rotineiramente aplicada aos trabalhadores, voltava-se por um momento contra os filhos da burguesia, causando espanto e revolta. Aquela violência era desconhecida na cidade e ninguém supusera que a defesa do regime necessitasse de tais especialistas. (SCHWARZ, 2001, p. 26)

As denúncias de violência física e tortura em *1º de abril...* funcionam como sinédoque de algo que marcará a história e a literatura sob a ditadura civil-militar: a prática naturalizada de violências e tortura que historicamente caracteriza as relações entre as forças policiais-militares e as classes trabalhadoras e camadas mais pobres da população só ganha visibilidade no Brasil quando atinge as classes médias e altas e setores capazes de denunciá-la nos sistemas de produção e circulação simbólica (literatura, imprensa, *media*). O próprio livro de Mário Lago permite ler, no modo como faz o registro daquilo que denuncia, a força dessa naturalização historicamente construída, sugerindo que prisão arbitrária, violência física e tortura são quase a regra, e não a exceção, nas relações entre as forças militares e policiais brasileiras e as camadas populares dos civis. No livro, a constatação dos abusos sofridos pelos presos revela de *per se* o que se pode reconhecer como uma difusa política de estado¹⁴ no tocante aos direitos civis e humanos das classes trabalhadoras e das camadas populares. A violentação do estado de direito, por sua recorrência, constitui-se, aí, numa “norma” implícita.

O doloroso em meio ao tragicômico, o grotesco e o ridículo

A estória intitulada “O explosivo”, em que se opera uma passagem do dramático ao cômico-ridículo que cumpre a função de satirizar os fatos narrados, ilumina a naturalização de maus-tratos e tortura ao apontá-la como risco previsível na experiência dos presos. O preso, neste caso, é Pedro Paulo Sampaio Lacerda, militar, ex-*pracinha* da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que lutou na Itália na 2ª guerra mundial. Não há explicações sobre as razões da prisão, mas narração de um episódio ridículo que se seguiu a ela: a irrupção inesperada de um “sargento

¹⁴ Esta “política de estado” não foi inaugurada na ditadura civil-militar instaurada em 1964. Ela tem raízes antigas que remontam ao Brasil-Colônia, à formação das forças militares e policiais no Brasil e suas práticas históricas e à constituição e atuação históricas da Justiça e de suas instituições no país. Sua natureza difusa evidencia a sua naturalização no Brasil-Colônia, no Império, na República Velha, na ditadura Vargas, na ditadura civil-militar de 1964–1989, bem como sua continuidade nos breves períodos de democratização experimentados pelo país no século XX e neste início de séc. XXI. Caracterizá-la como uma política de estado permite reconhecer que a tortura, quando promovida pelas forças policiais e militares, é sempre um crime político, mesmo quando a vítima não é um prisioneiro político. Vale o mesmo para o desaparecimento produzido por essas mesmas forças e suas instituições.

e três praças, com metralhadoras já engatilhadas” (LAGO, 1964, p. 11) na cela, ordenando, aos berros, que o prisioneiro ficasse nu para uma revista em suas roupas e sapatos à qual se seguiu sua transferência para uma sala ocupada pelo tenente que o prendera e que passa a interrogá-lo mostrando um exame de laboratório que o incriminaria por posse de nitroglicerina. Ao narrar a revista do preso, o narrador destaca o que pensa o prisioneiro na e da situação vivida:

— Tira a roupa! Toda!!

Inútil qualquer resistência. Tentativa que fosse. A formação de ataque que via à sua frente era impecável. [...] Bastaria um gesto. Para que fazê-lo?

Os sapatos também!!!

Cada vez mais pontos de exclamação na rudeza da voz, na brusquidão dos gestos e do olhar, na pressão sobre as coronhas das metralhadoras, transformando tudo em grades cada vez mais altas, mais altas.

E logo depois o avanço sobre as roupas e os sapatos espalhados pelo chão, como jogadores de *rugby* [...] as peças disputadas por todos de uma só vez, lembrando um grotesco “cabo-de-guerra”. Como se houvesse um prêmio especial para quem encontrasse.

Mas encontrar o que?, indagava-se ele, deixando que um início de apreensão vencesse o natural pudor de estar nu diante daquela gente. Conhecia bem os processos. Se cismassem que devia estar com ele alguma coisa importante para eles, seria o diabo. **A perspectiva do pau-de-arara ou de choques elétricos, para dar o serviço, não era nada agradável.** (LAGO, 1964, p. 15, grifos nossos)

A tortura, por fim, não se concretiza, mas sua instalação no horizonte do prisioneiro afirma a sua naturalização como prática histórica das forças policiais e militares no Brasil, passível de ser reconhecida como política de estado. Observe-se que ao narrar o trajeto do prisioneiro da cela que ocupava para a sala de interrogatório, Lago faz uso de uma articulação entre a visão por trás e a visão com (POUILLON, 1974):

[...] de novo o mesmo abrir de porta com violência, o mesmo sargento à frente de seu aguerrido terceto de soldados com as mesmas metralhadoras. [...]

Agora não podia haver lugar para qualquer sombra de dúvida. Bobagem pensar que fosse outra coisa. Percebia-se pelos olhares que lhe lançavam. [...] Adivinhava-se na altura estratégica em que as metralhadoras eram mantidas. **Talvez acontecesse ali mesmo no corredor, se ele se adiantasse um pouco mais. Não seria a primeira vez a acontecer. Diriam depois que ele tinha**

tentado fugir. Ou aconteceria quando se abrisse aquela porta para onde estavam caminhando. Devia dar para um pátio. No pátio, com certeza, um muro. O tenentinho bem que dissera à sua esposa:

— Pois dessa vez vai morrer mesmo. (LAGO, 1964, p. 15-16, grifos nossos)

O risco de ser vítima de um assassinato encoberto pelas instituições policiais-militares se mostra, aí, produto de cogitação enraizada na realidade histórica e concreta. Não deixa de ser irônico o fato de que ele seja cogitado por um militar tanto a partir de sua vivência na situação presente como, sugere o texto, com base em sua experiência histórica. Não deixa de ser trágico o fato de que alude, simultaneamente, a um risco concreto e a uma prática institucional recorrente.

Voltemos à estória: satisfeito com a possível confirmação de suas suspeitas, o tenente acusa o ex-pracinha de pretender “explodir o quartel” (LAGO, 1964, p. 17) com o material explosivo identificado pelo laboratório no bolso de sua camisa. A tensão dramática se eleva em paralelo ao aumento da desconfiança do tenente:

— Aqui está o laudo do laboratório. Nitroglicerina. É o que aquilo contém. Pensou que não descobríamos, não é? Ni-tro-gli-ce-ri-na!

Precisou fazer um esforço muito grande para se manter razoavelmente sério. O caso era para explodir em gargalhadas, para mandar tudo àquilo às favas. Ou à merda, mesmo, que aliviaria ainda mais. Mas as metralhadoras às suas costelas podiam não ter senso de humor. Melhor tentar uma explicação.

— O senhor está enganado. Aquilo é remédio para as minhas coronárias. Anda sempre comigo.

— Aqui que é remédio!, e era um bananal que saía dos braços do tenentinho. Ni-tro-gli-ce-ri-na!!!

— Estou lhe dizendo que é remédio. Posso tomar aqui mesmo para provar. [...]

Mas a voz se fez ouvir do fundo da sala, saindo de uma meia penumbra como em filme de mistério. Vinha de outra farda. Só que cheia de galões. E as palavras saíram pausadas, como encerrando todas as verdades já ditas e ainda por dizer.

— Esse truque não pega. O laboratório nos explicou tudo. Tudo, está ouvindo? Tudo. (LAGO, 1964, p. 17-18)

A presença de um militar de patente mais alta que reforça as suspeitas do tenente dá peso à acusação. A indignação que ela suscita no prisioneiro acusado se avoluma, mas é contida pela intervenção de um capitão. Prepara-se, deste modo, o terreno para a irrupção da quebra de expectativa que precipitará o riso, marcando uma passagem do dramático ao cômico diretamente ligada à ridicularização. Observe-se:

Um palavrão era o mais indicado. E estava para ser dito, com todas as letras em minúsculo, [...] quando à porta da sala apareceu um capitão, que [...] segredou ao ouvido do tenentinho, mas não tão em segredo que ele não ouvisse:

— Deixa de vexame, rapaz. Isso é trinitrina. Tem nitroglicerina, sim, mas em dose mínimíssima. Eu sei disso porque meu pai toma esse remédio. É para as coronárias. (LAGO, 1964, p. 18)

A tensão dramática se alivia com a irrupção do riso que converte em ridículo o que, então, era, para a paranoia militar, ação séria a serviço do combate à subversão e ao perigo comunista. A ridicularização já se manifesta, aliás, no uso do diminutivo para caracterizar o tenente que, histericamente, alegoriza a, então, *entourage* anticomunista.

Por fim, há uma suspensão do riso efetuada por meio de uma nota que informa que o prisioneiro “Na volta para o DOPS, transferido do Fernandes Viana [...] teve uma crise cardíaca violenta” (LAGO, 1964, p. 18), e que só se salvou porque um plantonista do pronto-socorro enfrentou a burocracia policial e o levou para o hospital Souza Aguiar.

A esta estória seguem-se outras também marcadas pela conversão do sério em ridículo. Em todas, porém, à violência da prisão arbitrária juntam-se, no horizonte de experiência dos presos, as possibilidades de maus-tatos, violência física e tortura. Vejamos algumas delas.

Na estória “O subversivíssimo”, o protagonista, Chico, vive de pequenos biscates. Após encontrar dois pacotes de livros perto de um poste, ele os apanha para vender, espalhando-os numa calçada. Mal começam as vendas, porém, ele vê, do boteco em que fora tomar uma média, que os livros estavam sendo recolhidos e resolve enfrentar os homens que os recolhiam. Percebe, porém, tarde demais que se tratava de homens armados com metralhadoras. O tragicômico desta estória reside no contraste entre a ignorância inocente do protagonista e a ação das forças policiais-militares na repressão política em curso logo após o golpe de estado. Se a ignorância de Chico o preserva do ridículo, o mesmo não acontece aqueles que o prendem. Observe-se:

— Vamos pará com essa safadeza! Querem me vê roubando pra podê vivê, querem? [...] Que é que to fazendo demais? [...] Vão largando meus bagulho, que eu preciso trabalhá.

— Eu vou baixar a borracha nesse comunista safado.

Só então, diante dessas palavras, e, principalmente, diante da violência com que eram ditas, foi que o Chico compreendeu que havia alguma coisa errada. [...] Fiscal não usa metralhadora. Que mancada!

Mas já era tarde para qualquer coisa. Havia mãos demais a pegá-lo pelos braços, a lhe darem cachações, atirando-o para dentro da camionete.

— Está querendo fazer a gente de palhaço, é? Em plena revolução vem vender material subversivo na calçada, bem na cara da gente. [...]

— Quero ver você bancar o inocentinho é no DOPS.

— Lá ele conta tudo que a gente quiser. Quem deu os livros, onde é o depósito clandestino...

— Nesse depósito é capaz até de ter arma.

— Comunista safado. (LAGO, 1964, p. 50)

É reiterada, em *1º de abril...* a busca de um suposto arsenal, disseminado nas mãos daqueles tidos como “subversivos”, que serviria à implantação, pela força, do comunismo no Brasil – ideia amplamente divulgada pela imprensa golpista, por políticos, ativistas e militares de direita. As várias estórias contadas no livro se encarregam de demonstrar a falta de fundamento de tal crença, que serviu como justificativa para o golpe de estado e para as violências dele decorrentes. As prisões arbitrárias se prestaram a encher celas de cadeias e presídios para “fazer estatística, [servindo] de argumento para que uma parte da imprensa pudesse escrever que aquilo de 1º de Abril fora uma necessidade, a única maneira de salvar a família brasileira (LAGO, 1964, p. 62 – colchetes nossos).

São várias as estórias em que a causa da prisão foi estar na hora e no lugar errado, ser considerado suspeito de subversão ou vítima de dedurismo. É o caso de Francisco Landulfo Braga, vigia de obra preso porque ao “ir ao botequim da esquina” (LAGO, 1964, p. 60) próximo do “casarão da Polícia Central” (LAGO, 1964, p. 61) foi considerado suspeito e, por isso, “ficou mais de um mês mofando entre o DOPS, a Ilha das Flores e o Fernandes Viana, apresentado nos noticiários como um subversivo perigoso e agente internacional. Teve até fotografia numa revista.” (LAGO, 1964, p. 61). É o caso do marinheiro Wilson Buker, que “Procurava acalmar o povo que se aglomerava em frente ao jornal, pensando que ainda era o tempo de opinar e discutir. (LAGO, 1964, p. 65). É o caso do português Manoel Varela, preso porque, alcoolizado, cantou fados diante da polícia e foi acusado de transmitir “mensagens, em forma de música, aos presos do DOPS” (LAGO, 1964, p. 66). É, para encerrarmos por aqui os exemplos, o caso de Amâncio:

Fôra preso por denúncia de um vizinho, que avisou à polícia que ele tinha uns livros escritos numa língua esquisita. Tinha mesmo. E não conseguiu convencer às autoridades que aquilo era esperanto [...]. Também, bolas, quem mandou estudar uma língua inventada por um sujeito chamado Zamenhof? Nome russo naquela altura dos acontecimentos? Já era abuso! Pois aquele estudante de

engenharia não tinha sido preso por não conseguir convencer ninguém de que aquela tábua de logaritmos não era um código secreto? (LAGO, 1964, p. 69)

Estas prisões arbitrárias integram o capítulo “Estórias dos dividendos de Cr\$ 2,50”. Sua função é mostrar que elas integraram a uma operação ideológica maior: criar fatos noticiáveis nos meios de comunicação passíveis de justificar o golpe de estado:

Durante anos o País vivera sob o impacto da indústria do anticomunismo, mobilizada em rádio, televisão, tudo. [...]

Nunca se saberá exatamente o dinheiro investido nessa indústria. As CPIs instaladas para isso foram verdadeiras palhaçadas.

E quando convocaram os acionistas para a distribuição de dividendos... os pobrezinhos não iam além de Cr\$ 2,50. Não passávamos disso na contabilidade da grande indústria. Haviam feito pesca de arrastão para encher as cadeias, para impressionar o povo e os investidores com números. E quando a rede chegou à praia... sardinha, sardinha só. (LAGO, 1964, p. 59)

1º de abril – estórias para a história deixa claro que as estórias de que se compõe foram orquestradas por forças militares, policiais e civis a serviço do golpe de estado. Não será difícil reconhecer, nelas – seja na base dos fatos que lhes deram origem, seja nos resultados que a eles se seguiram – a presença de princípios goebbelianos de propaganda. Para além de ironizar a data oficialmente estabelecida para o golpe de estado chamado de “revolução”, o título do livro remete ao plano propagandístico-midiático da operação ideológica desencadeada, no Rio de Janeiro então governado por Carlos Lacerda, para justificar a ditadura civil-militar que durou longos vinte e cinco anos¹⁵.

Lição de resistência possível

Dissemos que o conjunto de estórias narradas em *1º de abril...* compõe-se com base em uma antítese entre a desmedida da violência de Estado e a solidariedade que permite resistir a ela. O livro de Mário Lago chega a ser didático ao demonstrar como a organização interna dos presos políticos (o “coletivo”) lhes permitiu enfrentar as dificuldades e os riscos da situação então vivida. Esse didatismo, assim como a racionalidade que preside o “coletivo”, é a sua utopia. Na base dessa organização está subentendida a sua experiência ligada ao Partido Comunista

¹⁵ Embora haja praticamente um consenso quanto à duração da ditadura civil-militar ter sido de 21 anos, prefiro adotar, aqui, 25 anos porque considero que a eleição de Tancredo Neves deu-se ainda sob a tutela do processo autoritário que criou e conduziu a abertura política “lenta, gradual e segura”.

Brasileiro, por razões óbvias não explicitada na 1ª edição do livro, e, também, a experiência de suas prisões anteriores, levemente aludida e pressuposta na prática de suas ações de liderança. A antítese entre as forças do arbítrio e suas vítimas distribui polarizadamente os efeitos catárticos mobilizados pelo livro: aos primeiros cabem o grotesco e o ridículo ao passo que aos outros cabem o tragicômico e o humor leve. O riso satírico e o humor leve cumprem inequívoca função crítica no livro, e parecem ter na sua base a crença na derrota iminente das forças da reação. São, pois, fatores de resistência. Organização, esperança e humor são os elementos que permitem aos presos dialogar com os representantes do poder, administrar e aliviar tensões no dia-a-dia da prisão, integrar os novatos ao espírito do coletivo, diminuir o sofrimento e a solidão.

[...] como é possível viver tantos dias numa prisão, entre quatro paredes?

Poderíamos dizer simplesmente: assim. Mas reconhecemos que seria muito pouco. O assim consiste em toda uma organização [...] que tem sido citada diversas vezes neste livro, com um nome que deve ter causado espécie a muita gente não conhecedora desse tipo de prisão: coletivo.

Foi nos primeiros minutos de cubículo do DOPS que o nosso começou a funcionar. A princípio apenas para atender às necessidades mais urgentes, do momento, consistindo em reunir numa caixa geral parte do dinheiro dos poucos que ali se encontravam e eleger um secretário (o único a se entender com as autoridades, para evitar tumultuação na hora de discutir os problemas), um tesoureiro e um despenseiro (encarregado da guarda e distribuição do alimento suplementar e dos cigarros).

Depois desse primeiro passo começávamos a nos sentir “nós” realmente, desaparecendo a primeira sensação [...] de estarmos sozinhos num canto de mundo. Os problemas já não ficariam dentro de nós, servindo de atormentação e desespero, porque existia o coletivo à testa de tudo, atendendo às preocupações de cada um, para uma palavra, uma orientação, uma ideia. E tudo ia se tornando mais fácil. (LAGO, 1964, p. 80-81)

Segundo Lago (1964), o coletivo funciona como uma instância de organização democrática onde todos participam de todas as decisões. É o que explica a sua força para produzir ações de resistência, criar atividades de interação e solidariedade, estabelecer negociações com as autoridades e, também, para constranger aqueles que venham a romper com as decisões tomadas coletivamente. Na experiência relatada em *1º de abril...*, o coletivo foi o que permitiu aos prisioneiros fazerem publicar em jornais, em 21 de abril de 1964, um Memorial dirigido ao ministro da Justiça, reproduzido na íntegra no livro, e no qual se denuncia a arbitrariedade de seu aprisionamento.

No livro, se a prisão arbitrária e as violências nela sofridas desumanizam, o coletivo humaniza. É ele que, obtendo conquistas mediante organização e disciplina, permite o intercâmbio de experiências – palestras, conversas, explicações sobre a profissão de cada um dos presos, torneio de damas, exibição de integrantes de escola de samba, etc. – e, por fim, torna possível a composição do “Hino dos presos políticos do Fernandes Viana” com que Mário Lago encerra o livro:

Companheiros, acordem! / Companheiros, de pé! / Começou a despontar /
Nosso sol retangular, / Já é hora do café / (que nos serve o José) // Mais um
dia sem liberdade, / mais um dia na prisão, / mas confiantes pois já vemos / a
derrota da reação. // Somos todos firme rocha / ninguém pode desunir; barra
suja, barra limpa, / haveremos de existir; / da marmita não comemos, / ninguém
quer se desmilinguir, / mas sorrimos pois sabemos / que eles não podem dormir.
(LAGO, 1964, p. 90)

Eivado de solidariedade e esperança, esse hino só errou no 3º e 4º versos de sua segunda estrofe: não houve derrota da reação em 1964 nem nos 25 anos que a ele se seguiram.

JUNIOR, A. F. Stories for history in 1º de abril, by Mário Lago. **Itinerários**, Araraquara, n. 50, p. 15-35, 2020.

■ **ABSTRACT:** *1º de abril – Estórias para a História, by Mário Lago, written and published in 1964 after the arbitrary arrest of the author, is one of the first literary records of the violence of the civil-military dictatorship established in Brazil in the second half of the 20th century. This paper analyzes the narrative plot of the first edition of the book, focusing on the relationships between the narrated stories and the record of historical facts.*

■ **KEYWORDS:** *Dictatorship. History. Hybrid narrative. Mário Lago. Testimony.*

REFERÊNCIAS

BOSI, A. Situação e formas do conto brasileiro contemporâneo. In: _____. **O conto brasileiro contemporâneo**. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 07–22.

CANDIDO, A. A nova narrativa. In: _____. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989. p. 199–217.

CLAUDIUS. Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa14876/clauidius>. Acesso: 12 jul. 2016.

LAGO, M. **1º de abril** – estórias para a história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. **Reminiscências do sol quadrado**. 2. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

MAIA, L. Chamego, baião, xote – as várias facetas do gênero que imortalizou Luiz Gonzaga. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 jun. 2015. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2015/06/23/internas_viver,582635/chamego-baiao-xote-as-varias-facetado-genero-que-imortalizou-luiz-gonzaga.shtml. Acesso em 27 jul. 2016.

PELLEGRINI, T. Relíquias da casa velha: literatura e ditadura militar, 50 anos depois. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, Brasília**, s. v., n. 43, p. 151–178, 2014. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/10766/7775>. Acesso em 18 set. 2015.

PICASSO. Coleção Folha Grandes Mestres da Pintura. Disponível em: <http://mestres.folha.com.br/pintores/06/curiosidades.html>. Acesso em 21 jul. 2016.

POUILLON, J. **O tempo no romance**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1974.

RODRIGUES, T. O lado político de Mário Lago. *Fundação Dinardo Reis*, Rio de Janeiro, 29 jun. 2012. Disponível em: https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=111:o-lado-politico-de-mario-lago&catid=2:artigos. Acesso em 21 jul. 2016.

SCHWARZ, R. Cultura e política 1964–1969. In: _____. **Cultura e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p. 07–58.

SOUSA, C. H. M. R., BRITO, E.; SANTOS, M. C. R. A recepção da obra de Franz Kafka no Brasil. **Pandaemonium Germanicum**, São Paulo, s. v., n. 9, p. 227–253, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/pg/article/view/73707/77376>. Acesso em: 27 jul. 2016.

